

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1126>

A FORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DE MOÇAMBIQUE: a construção da instituição militar no pós-independência (1975-1992) ¹

THE FORMATION OF THE ARMED FORCES OF MOZAMBIQUE: the making of the military institution after the independence (1975-1992)

LA FORMACIÓN DE LAS FUERZAS ARMADAS DE MOZAMBIQUE: la construcción de la institución militar en el período posterior a la independencia (1975-1992)

ADRIANO DE FREIXO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0361-8565>

Doutor em História Social (UFRJ).

Instituto de Estudos Estratégicos (INEST),
da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

adrianofreixo@id.uff.br

ÉNIO VIEGAS FILIPE CHINGOTUANE

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5110-9522>

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS)

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI),
da Universidade Joaquim Chissano (UJC)

Maputo, Moçambique

evfching@gmail.com

Resumo: Neste artigo, procuramos analisar o processo de formação das Forças Armadas de Moçambique, buscando compreender os fatores que influenciaram a institucionalização e a estruturação dos seus diversos ramos. Partindo do pressuposto de que a estruturação da instituição militar moçambicana obedeceu a uma lógica imediatista e urgente, com o Estado agindo, quase sempre, de forma reativa, apresentamos os fatores internos e externos, que condicionaram os processos de tomada de decisão e as escolhas do governo da FRELIMO nos anos que se seguiram à independência. Buscamos debater, também, até que ponto a criação das Forças Armadas obedeceu a decisões calculadas e planejadas, além de demonstrar como a instituição militar moldou o comportamento das elites dirigentes e do Estado moçambicano como um todo.

Palavras-chave: Forças Armadas de Moçambique. FRELIMO. Instituição militar.

Abstract: In this article we analyze the formation process of the Armed Forces of Mozambique, seeking to understand the factors that influenced the institutionalization and structuring of its various branches. Based on the assumption that the structuring of the Mozambican military institution followed an immediate and urgent logic, with the State acting, almost always, in a reactive manner, we present the internal and external factors that conditioned the decision-making processes and the choices of the FRELIMO government in the years following independence. We also seek to debate the extent to which the creation of the Armed Forces obeyed decisions that were calculated and planned, in addition to demonstrating how the military institution shaped the behavior of the ruling elites and the Mozambican State as a whole.

Keywords: Armed Forces of Mozambique. FRELIMO. Military Institution.

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2024 e aprovado para publicação em março de 2024.

Resumen: En este artículo buscamos analizar el proceso de formación de las Fuerzas Armadas de Mozambique, buscando comprender los factores que influyeron en la institucionalización y estructuración de sus diversas ramas. Partiendo del supuesto de que la estructuración de la institución militar mozambiqueña siguió una lógica inmediata y urgente, y más con el Estado actuando, casi siempre, de manera reactiva. En este sentido, presentamos los factores internos y externos que condicionaron los procesos en las decisiones y las opciones del gobierno del FRELIMO en los años posteriores a la independencia. También, buscamos debatir hasta qué punto la creación de las Fuerzas Armadas siguió las decisiones calculadas y planificadas, además de demostrar cómo la institución militar moldeó el comportamiento de las élites gobernantes y del Estado de Mozambique de manera conjunta.

Palabras clave: Fuerzas Armadas de Mozambique. FRELIMO. Institución Militar.

Nos anos que se seguiram à independência, a construção da instituição militar moçambicana obedeceu a uma lógica imediatista e urgente, muitas vezes sem o amparo de uma estratégia proativa, com o governo agindo, na maioria das vezes, de forma reativa. Foi necessário edificar o aparato de defesa com celeridade para garantir três elementos fundamentais: a defesa da pátria, do Estado e da soberania; a defesa da integridade territorial; e a defesa da independência nacional. Assim, essa urgência acabou por resultar na priorização de alguns ramos das Forças Armadas e na conseqüente secundarização de outros.

Neste trabalho, procuramos descobrir as origens das preferências do Estado, as continuidades e mudanças dessas preferências, os processos causais, os constrangimentos e a combinação de eventos que conduziram o Estado moçambicano a uma determinada direção em detrimento de outras. Buscamos, também, analisar até que ponto a criação das Forças Armadas de Moçambique obedeceu a decisões calculadas e planejadas, além de demonstrar como a instituição militar moldou o comportamento das elites dirigentes e do Estado como um todo.

A transformação do movimento de libertação num Exército regular: principais desafios

As Forças Armadas de Moçambique são o produto da transformação do braço armado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) – as Forças Populares de Libertação de Moçambique/FPLM – de um movimento de guerrilha para um Exército regular. Visto por esse prisma, estaríamos na presença de uma decisão calculada e elaborada pela FRELIMO. No entanto, o processo de transformação, que pode ser considerado automático, foi marcado por vários problemas que determinaram um percurso não planejado. A sequência

de eventos e o contexto histórico acabaram por desempenhar um papel determinante na criação das Forças Armadas moçambicanas.

Imediatamente após a independência nacional, Moçambique enfrentou quatro desafios simultâneos: 1) gerir e operacionalizar os meios e as infraestruturas herdadas de Portugal; 2) criar e estruturar um Exército regular; 3) garantir a segurança interna frente ao início da guerra de desestabilização movida pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) sustentada pela Rodésia (atual Zimbabwe), África do Sul e Malawi; e 4) defender o país das agressões externas realizadas pela Rodésia e, posteriormente, pela África do Sul. A resposta para esses quatro desafios iria influenciar, sobremaneira, a futura instituição militar moçambicana.

No processo de negociação da independência, com a assinatura dos Acordos de Lusaka (setembro de 1974), mais precisamente o acordo de cessar-fogo, o governo português e a FRELIMO acordaram na cessão das infraestruturas militares, bem como em alguma parte do material bélico português para a FRELIMO, que estava a se constituir como novo governo do território moçambicano. Foi assim que, sob responsabilidade da Comissão Militar Mista, composta por elementos do Exército português e elementos das FPLM, vários aviões, navios, quartéis, bases aéreas e comandos navais foram cedidos para o novo Estado em março de 1975. No tocante ao Exército, as FPLM herdaram quartéis militares, escolas, centros de formação e instrução militar, depósitos (de materiais de engenharia, de munições, de alimentos), enfermarias (em Tete, Mueda, Vila Cabral), hospitais militares (em Lourenço Marques, Nampula e Beira), laboratórios, oficinas, entre outros. Em relação aos meios, poucos foram cedidos durante a transição.

Em termos gerais, a transferência das infraestruturas não representou nenhuma ruptura conceitual estratégica para a FRELIMO. No entanto, a absorção dos meios da Marinha de Guerra e da Força Aérea não foi um processo fácil, se considerarmos que as FPLM provinham de um movimento guerrilheiro sem qualquer conhecimento sobre Força Aérea e Marinha de Guerra. Se, no movimento de libertação, durante as lutas pela independência, formou-se, em alguma medida, um Exército, as outras Forças eram completamente inexistentes no seio do mesmo. Imediatamente, emergiu o desafio da gestão e da operacionalização dos meios.

Houve uma necessidade urgente de colocar guerrilheiros a gerirem aqueles meios de modo a mantê-los a serviço das Forças Armadas. Todavia, eles exigiam das FPLM um conhecimento mínimo sobre aviação e marinha. A ambição de mantê-los foi esfriada pela grandeza de obstáculos que surgiram. O recebimento desse material implicava que o novo

governo os mantivesse em situação operacional – e, para tal, era necessário capacitar quadros para fazer a sua manutenção e operacionalização. A formação de mecânicos, pilotos, pessoal administrativo tornou-se, então, uma prioridade militar.

Nesse contexto, o apoio de Portugal – com a mudança de regime ocorrida na ex-metrópole, a partir de 25 de abril de 1974 – na formação dos primeiros quadros moçambicanos foi essencial. Foi assim que, durante o período de transição, em 1974, os primeiros marinheiros foram formados na base naval de Metangula no Lago Niassa, sendo, mais tarde, desdobrados nas diversas unidades e subunidades navais. A estes seriam adicionados alguns mergulhadores-sapadores formados na URSS em 1972-73 e outros poucos soldados oriundos da Marinha portuguesa especializados em informações de combate, condução de máquinas, eletricidade e abastecimento, bem como fuzileiros navais e determinados marinheiros, que interromperam a sua formação em Portugal, na sequência dos Acordos de Lusaka².

Tal como a Marinha de Guerra, a Força Aérea seria também beneficiada pela formação acelerada de guerrilheiros das FPLM selecionados, entre 1975 a 1976, para cursos rápidos e para a integração de alguns moçambicanos, que pertenciam à Força Aérea Portuguesa. Essa integração foi possível através do Despacho nº 51/75 do Boletim Oficial, que criou a Comissão de Integração da Força Aérea (CIFA). Ainda, nesse período, foi criada a Escola Nacional de Aeronáutica (ENA), essencial para a formação de pilotos, paraquedistas e controladores de tráfego aéreo.

Em termos práticos, com a infraestrutura herdada e os meios cedidos, Moçambique possuía as condições para estabelecer, de imediato, uma Força Aérea, uma Marinha de Guerra e um Exército regular minimamente operacionais, mas a inexistência de pessoal qualificado impediu que isso acontecesse. Na verdade, Moçambique herdara meios e infraestruturas, mas não o conhecimento da institucionalização e estruturação de Forças Armadas regulares.

Em termos normativos, a transformação das FPLM, de braço armado da FRELIMO para Exército do Estado moçambicano ocorre em 1975, com a aprovação da constituição da República Popular de Moçambique. Todavia, aquela constituição não desvinculou as FPLM da estrutura orgânica da FRELIMO, fato que se confirmava pela

² FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

permanência das FPLM sob gestão e liderança do Departamento de Defesa da FRELIMO, durante os primeiros anos após a independência. Conforme o artigo 5º daquela Constituição, que vigorou até 1990, as FPLM seriam dirigidas pela FRELIMO, e a sua ação fundava-se na direção política da FRELIMO, cujo e tinham como comandante e chefe o presidente da FRELIMO, também presidente da República. Na verdade, todo o Estado era orientado, segundo o artigo 3º, pela linha política definida pela FRELIMO. Essa tendência confirmava a orientação generalizada dos países socialistas em que o partido estava acima do Estado.

Entretanto, de acordo com Macaringue (1997, p. 42), a iniciativa de formação de quadros para compor o Exército regular do Moçambique independente não se inicia com a independência nacional. Essas iniciativas começaram, ainda, durante a luta de libertação nacional quando a FRELIMO decidiu, no início de 1974, enviar os seus quadros dirigentes para os países do bloco socialista, para a formação específica em cursos de comando de tropas regulares. A súbita concessão de independência, resultante da Revolução dos Cravos em Portugal, iria atropelar esses planos, pois vários desses quadros foram obrigados a regressar ao país para participar do governo de transição. Consequentemente, com a independência nacional proclamada em 1975, as FPLM não tinham nenhuma experiência de organização de um Exército regular.

O fato de a FRELIMO ter recusado-se a incorporar a maior parte dos soldados moçambicanos alistados nas Forças Armadas Portuguesas, desvinculados ou desmobilizados pelo Acordo de Cessar-fogo (artigo 12 a 14), impossibilitou o ingresso no seio das FPLM de homens conhecedores da estrutura e do funcionamento de um Exército regular (Macaringue, 1997, p. 63-69). A recusa da incorporação desses homens resultou de considerações estratégicas de segurança, pois: 1) a FRELIMO desconfiava da sua lealdade à causa nacionalista; 2) a FRELIMO desconfiava da influência que Portugal poderia ter sobre o novo Exército; 3) a FRELIMO receava que esses homens não obedecessem a seus comandantes, visto que alguns deles possuíam patentes (sargentos e oficiais subalternos como alferes) dentro do Exército colonial; 4) a FRELIMO receava que a sua falta de preparo ideológico pudesse criar fissuras nas FPLM; e 5) a FRELIMO temia que a incorporação desse grande contingente de homens, em número superior ao de guerrilheiros das FPLM, pudesse reduzir a sua capacidade de controle sobre as Forças Armadas.

Ao recusar essa integração, a FRELIMO declarava, tacitamente, a intenção de construir o seu Exército com pessoal oriundo da casta revolucionária das FPLM e com a incorporação de novos jovens a serem recrutados. Uma das decisões, que iria criar grandes problemas ao governo da FRELIMO e às FPLM, nesse momento, foi a de manter a estrutura

hierárquica do movimento inalterada. Vários comandantes das FPLM exigiam que fossem graduados com títulos, como de generais, coronéis, tenentes, capitães, sargentos, etc, algo que não aconteceu durante a luta de libertação nacional, pois a política da FRELIMO não permitia a existência dessas patentes, sendo os chefes militares denominados tão somente de comandantes. Eles exigiam, também, que se pagassem salários aos combatentes.

Numa visita efetuada aos quartéis das FPLM, em princípios de julho de 1975, um mês após a independência, Samora Machel voltou a confirmar a inexistência de galões nas FPLM, ao afirmar que “[...] não é preciso ter alferes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis, brigadeiros e generais, pois quem fez a guerra foi o povo e este também era merecedor de um galão”³. Nesse encontro, Samora confirmou que:

O Exército da FRELIMO não terá Galões porque não há postos na FRELIMO, há responsabilidades [...] Não são galões que definem a responsabilidade na consciência de cada um [...] não são os galões que impõem a disciplina no seio das Forças Armadas [...] os galões só estabelecem divisões entre nós. São as chamadas contradições. E as contradições em geral enfraquecem e dividem-nos⁴.

Durante a primeira sessão do Conselho de Ministros, que ocorreu entre 9 a 25 de julho de 1975, quando se fez a distribuição das tarefas para cada um dos ministérios criados, foram, também, decididas a criação e a regulamentação do serviço nacional de defesa e reconstrução, a fim de institucionalizar a participação dos cidadãos nas tarefas de defesa da pátria e da revolução. Nessa sessão, a palavra de ordem da FRELIMO foi: “[...] revolucionar o aparelho do Estado pondo-o ao serviço das massas operárias e camponesas”. O objetivo da FRELIMO era criar, assim, uma ruptura entre o sistema colonial e a nova República e “[...] empreender uma profunda transformação dos métodos de trabalho e de estruturação, a fim de criar novos esquemas mentais e regras de funcionamento”. Decidiu-se, ainda, a programação de cursos rápidos de reciclagem política e de gestão administrativa ao pessoal dos serviços do Estado⁵.

A decisão pela criação de um Exército regular seria, finalmente, anunciada durante a IV Conferência Nacional do Departamento de Defesa (DD) da FRELIMO, imediatamente realizada após a primeira sessão do Conselho de Ministros, de 25 de julho, a 2

³ PRESIDENTE Samora à polícia moçambicana: estabelecer nova ordem social sem opressão e sem medo: visita a quartéis das forças populares da C.P.M, e cadeia da Machava. *Tempo*, Maputo, n. 249, 13 jul. 1975. p. 18.

⁴ A CRISE é necessária para determinar quem está ao lado do povo quem está ao lado dos capitalistas. Camarada presidente Samora no centro de preparação político-militar de Boane. *Tempo*, Maputo, n. 251, 27 jul. 1975. p. 61, grifo nosso.

⁵ 1ª SESSÃO do Conselho de Ministros: revolucionar o aparelho de estado pondo-o ao serviço das massas operárias e camponesas. *Tempo*, Maputo, n. 252, 1975. p. 59-61.

de agosto de 1975. Nessa conferência, a FRELIMO reafirmou o compromisso de levar a revolução até o fim e concentrou a sua atenção no estudo das principais prioridades e tarefas das FPLM⁶. De acordo com o documento emitido no final da conferência:

As FPLM têm como uma das suas missões essenciais a defesa da soberania nacional e, para levar a cabo as tarefas de defesa da soberania e das conquistas revolucionárias no quadro da independência nacional, impõe-se a edificação das Forças Armadas regulares populares com as suas diferentes armas e serviços. Nesta tarefa, nós dispomos de dois instrumentos preciosos que iremos valorizar devidamente: as tradições revolucionárias das FPLM e a ciência militar revolucionária forjada e temperada na guerra popular de libertação e no processo multiseular de resistência do nosso povo e dos povos do mundo inteiro⁷.

Vê-se, nesse ponto, que a FRELIMO pretendia construir um Exército por meios próprios, baseando-se na sua experiência de luta. A conferência debateu, profundamente, a questão da introdução de galões e postos, e a conclusão a que se chegou foi que “na revolução não existem postos, mas sim responsabilidades”. Assim, rejeitou-se a introdução de galões e postos no seio das FPLM, pois julgava-se que isso não significaria o reforço da disciplina, nem contribuiria para o desenvolvimento e a consolidação das estruturas, pelo contrário, iria: 1) falsear o sentido de disciplina e estruturas; 2) criar divisões no seio das FPLM; 3) bloquear o diálogo e a discussão no seio das estruturas político-militares; 4) dificultar o trabalho das FPLM junto às populações; 5) facilitar a tendência para recurso às soluções administrativas; 6) desenvolver ambições e vaidades pessoais; e 7) institucionalizar a falta de autoconfiança⁸.

Na mesma ocasião, decidiu-se: 1) tornar mais rigorosa a seleção de quadros, sendo que os critérios fundamentais, para isso, seriam a consciência política e o comportamento consequente; 2) **constituir as FPLM com base nos quadros veteranos** (grifo nosso), que demonstraram dedicação à causa revolucionária e se distinguiram pelo exemplo de combatentes, pela linha política e pela disciplina; e 3) para que esses quadros se habilitassem para as tarefas exigidas, deviam-se organizar cursos de elevação política,

⁶ COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975. p. 8-12.

⁷ COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975. p. 10-12.

⁸ COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975. p. 12-13.

literária, científica e técnica⁹. Sobre esse último item, Macaringue (1997, p. 75) revela que uma das principais dificuldades para a construção do Exército regular era a falta de escolaridade de vários comandantes oriundos das fileiras do movimento de libertação.

A visão da construção das Forças Armadas regulares foi apresentada como um projeto de longa duração, pois uma das conclusões da conferência foi a de que:

De par com o desenvolvimento económico temos que, **progressivamente** edificar os diferentes ramos das nossas Forças Armadas. As forças populares de Libertação de Moçambique deverão ser constituídas pelo Exército Popular, Marinha Popular, Força Popular Aérea e outras armas e serviços¹⁰.

No mesmo documento, fica exposto o projeto da constituição de uma Marinha de Guerra forte. Segundo o documento:

A nossa situação geográfica, a importância das nossas costas e dos recursos naturais existentes na plataforma continental, a pilhagem de que somos vítimas dos nossos recursos de pesca, exigem a constituição rápida de uma Marinha Popular e eficiente¹¹.

A ideia inicial previa a preparação do novo Exército na base de instrutores nacionais, que se formaram em vários países durante a luta armada. Para tal, a FRELIMO ambicionava unificar o sistema de instrução e aumentar o corpo de instrutores nacionais. Em relação à estruturação das Forças Armadas, o documento afirmava que esse processo estaria dependente do aumento de efetivo, dos ramos a serem criados e das tarefas a serem estabelecidas. Na visão da FRELIMO, a estrutura devia basear-se na sua tradição, devendo ser flexível, dinâmica e operativa, “[...] **edificando-se progressivamente** em função da prática e serem corrigidas pela prática”¹².

Ao mesmo tempo em que propunha a edificação de um Exército regular, a FRELIMO procurou manter essa nova instituição sob o seu comando. Durante a reunião do Estado-Maior General (EMG) com quadros e combatentes das FPLM, que teve lugar de 10 a 13 de dezembro de 1975, em Lourenço Marques, o EMG da FPLM emitiu um comunicado no

⁹ COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975. p. 12-13.

¹⁰ COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975. p. 12-13, grifo nosso.

¹¹ COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975. p. 12-13.

¹² 1ª SESSÃO do Conselho de Ministros: revolucionar o aparelho de estado pondo-o ao serviço das massas operárias e camponesas. *Tempo*, Maputo, n. 252, 1975. p. 12-13, grifo nosso.

qual defendia que: 1) a tarefa das FPLM não é interferir no funcionamento do partido e do Estado, mas de apoiar o partido e o Estado no cumprimento da sua missão; 2) nenhum responsável das FPLM, e muito menos um combatente, está autorizado a dar ordens às estruturas do partido e do Estado; 3) cada unidade deve consagrar o mínimo de 12 horas semanais, distribuídas ao longo da semana, ao estudo da linha política da FRELIMO; 4) as FPLM, devem empenhar-se na tarefa de organização e de mobilização política do povo; e 5) em cada companhia ou pelotão destacado deverá constituir-se o comité do partido, composto pelos elementos de vanguarda da unidade¹³.

Nessa reunião, foram também aprovadas algumas regras a serem cumpridas pelos membros das FPLM, enquanto não entrassem em vigor o código de justiça militar e o regulamento de disciplina militar. As regras incluíam: 1) proibição do consumo de bebidas alcoólicas; 2) proibição sobre a circulação com fardamento; 3) regras do recolher obrigatório; 4) regras para a circulação com armas, etc. No discurso de encerramento, Samora defendeu que a principal função das FPLM era **defender o partido** sendo que, para ele, isso significava defender o povo e o Estado¹⁴.

Como consequência das normas impostas e da recusa do partido FRELIMO em institucionalizar a hierarquia militar, assistiu-se, no dia 17 de dezembro, em Lourenço Marques, uma revolta no seio das FPLM, na qual 400 elementos de um batalhão estacionado na Machava começaram a ocupar diversos pontos estratégicos da cidade, numa atitude que se assemelhava a uma tentativa de golpe de Estado, o qual acabou sendo reprimido pelas FPLM¹⁵. Essa revolta demonstrou, contudo, que não havia comunhão de valores e interesses no seio das FPLM e que as medidas adotadas não agradavam uma parte expressiva dos militares.

Enquanto alguns do centro decisório procuravam instaurar novos modelos de governança e de instituições propriamente moçambicanas, dentro do espírito revolucionário, outros nada mais queriam do que substituir o operador de uma máquina previamente estabelecida – estes queriam, a tudo custo, restabelecer as instituições impostas pela colonização portuguesa para replicar e imitar as instituições coloniais ou fazer rearranjos pontuais. Para o centro decisório, a revolução devia trazer algo de novo em termos de adoção de novas instituições. Havia uma necessidade, segundo o seu pensamento, de se fazer uma

¹³ REUNIÃO do Estado Maior General com quadros e combatentes das FPLM: rechacemos resolutamente a infiltração inimiga. *Tempo*, Maputo, n. 272, 21 dez. 1975. p. 34-35.

¹⁴ REUNIÃO do Estado Maior General com quadros e combatentes das FPLM: rechacemos resolutamente a infiltração inimiga. *Tempo*, Maputo, n. 272, 21 dez. 1975. p. 28-38, grifo nosso.

¹⁵ 'FUDJO' nas Forças Populares. *Tempo*, Maputo, n. 273, 28 dez. 1975. p. 4.

ruptura radical com a dominação colonial portuguesa e erguer algo próprio. Todavia, o preenchimento imediato do vazio criado em diversos setores da defesa irá mostrar a impraticabilidade do projeto revolucionário, principalmente quando se impuseram ameaças à segurança nacional. Pode-se asseverar que, mesmo cautelosamente conceituados, os processos de mudança engendram em si elementos não calculados que precipitam decisões e ações. Pode-se dizer, também, que, apesar de um conhecimento prévio sobre organização militar, a FRELIMO iria enfrentar um enorme desafio para institucionalizar e estruturar as Forças Armadas.

A influência da agressão estrangeira e da guerra civil na transformação da instituição militar e a cooperação com a URSS

Para se compreender a evolução das Forças Armadas de Moçambique é fundamental, antes de qualquer consideração, perceber as ameaças que o país enfrentou desde a sua independência. Nesse sentido, não é exagero dizer que a história de Moçambique independente é a história de um país flagelado pela agressão externa em quase todas as suas fronteiras. Além disso, Moçambique viveu 16 anos de uma guerra civil que só terminaria em 1992. Portanto, as questões que se colocam são: por qual razão Moçambique tornou-se alvo da agressão estrangeira, e como esse fator influenciou a formação das Forças Armadas?

Durante a luta de libertação nacional, a FRELIMO recebeu apoio dos países do bloco socialista e permaneceu aliado a esse bloco, depois da independência. Assim, no contexto da Guerra Fria, Moçambique iria ser alvo de tentativas de desestabilização por parte do bloco ocidental. Para se proteger dessa agressão, Moçambique passa a aprofundar mais as relações com o bloco socialista visando a obtenção de apoio para a formação das suas Forças Armadas. De acordo com Flexor e Leite (2007, p. 205), autores que adotam a perspectiva do institucionalismo histórico, as decisões tomadas no passado condicionam políticas e preferências ulteriores. Na mesma visada, Caballero e Arias (2013, p. 38) afirmam que as decisões iniciais determinam o rumo das políticas e que existe uma dependência de trajetória, a qual induz as políticas governamentais a persistirem.

No âmbito dos ataques externos a Moçambique, há de se ressaltar aqueles provenientes do regime racista da Rodésia, que, além de promover investidas militares sistemáticas contra o território moçambicano, entre 1975 e 1979, foi o principal articulador da formação da RENAMO, grupo rebelde de direita, que se insurgiu contra o governo

moçambicano. Para melhor compreender a agressão rodesiana, é fundamental analisar a política externa da FRELIMO no período anterior e posterior à independência.

A definição do “internacionalismo militante” como principal guia da política externa da FRELIMO significava, para os regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul (RSA), uma ameaça iminente à estabilidade dos sistemas políticos por eles estabelecidos. Efetivamente, o governo da FRELIMO iniciou o apoio aos movimentos guerrilheiros negros da Rodésia, muito antes da independência nacional, quando permitiam que estes usassem a província de Tete como porta de entrada para o país vizinho em 1970-71. Esse apoio aumentou depois dos acordos de Lusaka, em 1974, sendo que, em 1975, a FRELIMO permitiu a instalação de bases dos guerrilheiros rodesianos no território nacional (Hall; Young, 1997, p. 115-116).

A atitude da FRELIMO perante a Rodésia pode ser vista como uma resposta à agressão prematura que o governo da Frente Rodesiana, do primeiro-ministro Ian Smith, empreendeu contra ela durante a luta de libertação, desde que foi aberta a Frente de Tete, em 1968. Nessa altura, a Rodésia iria cooperar com Portugal para impedir que a FRELIMO atravessasse para o sul do Rio Zambeze. Várias incursões rodesianas contra a FRELIMO foram registradas naquele período, resultando em grandes baixas para o movimento. A Rodésia temia que a ocupação do sul de Tete pela FRELIMO possibilitasse a entrada de guerrilheiros rodesianos no norte da Rodésia. Portanto, para a Rodésia, era legítimo atacar a FRELIMO (Martin; Johnson, 2012, p. 1-34).

Para agravar as tensões entre os dois países, em 1976, o governo da FRELIMO decretou sanções econômicas à Rodésia, cortando o comércio daquele país pelo porto da Beira¹⁶. A imposição dessas sanções iria inaugurar uma nova era para as Forças Armadas de Moçambique (Gross, 2009, p.189).

Com isso, a política da FRELIMO de engajamento regional iria tornar o país num dos principais alvos da agressão rodesiana e sul-africana. Enquanto a agressão sul-africana só se efetivaria muitos anos depois, a agressão rodesiana foi imediata. O governo da FRELIMO não teve tempo suficiente para fortalecer as instituições militares criadas e organizar a sua estrutura, dado que, em 1976, foi iniciada a guerra de desestabilização por parte da RENAMO, promovida pela Rodésia. Com efeito, temendo o apoio da FRELIMO aos movimentos de libertação nacional da Rodésia, o regime de Ian Smith tomou a iniciativa de

¹⁶ DEVEMOS defender a nossa pátria atacada, devemos apoiar o combate justo do povo do Zimbabwe. *Tempo*, Maputo, n. 283, 7 mar. 1976. p. 6.

atacar o novo governo com o patrocínio de uma guerra de desestabilização, e para tal foi criada a RENAMO. Mais graves, ainda, foram as agressões militares diretas contra alvos das FPLM e da ZANU (*Zimbabwe African National Union*) em território nacional moçambicano.

De acordo com Lulat (2008, p. 272), inicialmente, a RENAMO foi criada pelos serviços de inteligência da Rodésia (*Central Intelligence Agency* - CIO) como uma “quinta coluna” para recolher informações sobre as atividades da ZANU em Moçambique e, ainda, atacar as bases da ZANU e da guerrilha da FRELIMO, durante o ano de 1974, altura em que a guerrilha da Rodésia obteve santuários ao longo da fronteira. Os criadores daquela organização foram Ken Flower (diretor da CIO) e o português Silva Pais (diretor da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado). A nível operacional, contribuíram para a formação da RENAMO nomes como Orlando Cristina (agente da PIDE) e vários outros agentes portugueses, os quais fugiram de Moçambique para a Rodésia após a independência. A composição do movimento era variada e incluía dissidentes da FRELIMO, moçambicanos desmobilizados do Exército colonial insatisfeitos com a sua condição e membros dos antigos grupos especiais (GEs, GPEs e Flechas) do Exército colonial português, que se refugiaram na Rodésia após a Revolução dos Cravos.

O início das atividades da RENAMO e as incursões militares rodesianas no território moçambicano demonstraram, rapidamente, que as recém-criadas Forças Armadas não possuíam o necessário preparo institucional, organizacional e operacional para lidar com as novas ameaças. De acordo com Alao (1994, p. 55), no início das atividades desestabilizadoras da RENAMO, as Forças Armadas de Moçambique eram fracas e desorganizadas. Assim, o Exército rodesiano empreendia incursões constantes sobre o território moçambicano com relativa facilidade, chegando a percorrer distâncias acima dos 100 km em seu interior, sem enfrentar nenhuma grande resistência por parte das Forças Armadas moçambicanas.

A gravidade da agressão externa e das ações da RENAMO provocou um movimento de busca pelo aperfeiçoamento por parte das Forças Armadas moçambicanas. A princípio, esse aperfeiçoamento visava a melhoria das capacidades defensivas com uma aposta forte no recrutamento de novos soldados, treinamento de novas unidades militares e aquisição de outros materiais de guerra. As respostas estavam mais concentradas nos requisitos estratégicos, operacionais e táticos do que nos aspectos institucionais e estruturais. Era, obviamente, mais importante conter os ataques do que montar as instituições.

O ambiente turbulento e instável em que o país vivia obrigou que a transformação do movimento de libertação nacional em Forças Armadas regulares ocorresse de forma

acelerada, em resposta às exigências do momento. Com efeito, em 1976, grande parte dos instrutores chineses que a FRELIMO tinha na Tanzânia foi transferida para Maputo para ministrar cursos específicos voltados aos comandantes do Exército regular, de forma a enfrentar a agressão externa. Um desses cursos foi o “25 de setembro”, realizado em Boane, na província de Maputo¹⁷ (Macaringue, 1997, p.74). Para além dos homens, que participavam nos cursos ministrados pelos chineses, um outro grupo foi enviado para a Zâmbia para formação – deste, iria surgir o Batalhão Nova Vida, que constituiria a primeira unidade regular de infantaria moçambicana (Macaringue, 1997, p. 73). Havia uma necessidade premente de capacitar as Forças Armadas e de estruturar as unidades militares nos moldes de um Exército regular para a eficiência defensiva. Assim, ao nível das armas, era fundamental erguer Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Comunicações.

Uma das principais fraquezas do Exército moçambicano e das Forças Armadas, no geral, era o seu efetivo militar bastante limitado, constituído, essencialmente, por guerrilheiros incorporados nas FPLM, durante a guerra de libertação, em um número não superior a dez mil homens. Apesar de a independência ter permitido a incorporação de vários jovens voluntários, esse número nunca chegou a ser suficiente para atender as necessidades decorrentes das novas ameaças. Para ultrapassar essa dificuldade, as Forças Armadas adotaram medidas de recrutamento compulsório de jovens em idade militar, sem obedecer a nenhum instrumento jurídico-legal. Os jovens eram, na maior parte dos casos, capturados para servir o Exército, recebendo um treinamento militar básico e sendo, imediatamente, engajados nas frentes de combate.

Em 8 de março de 1977, face às agressões da Rodésia, o governo moçambicano lança um “apelo para a defesa da pátria” para que jovens em idade escolar se formassem em várias áreas. Foi, nesse contexto, que muitos jovens, que frequentavam a 10ª e 11ª classe, foram enviados para URSS, China, Bulgária, Alemanha Oriental, Hungria e Cuba, com vista a frequentarem cursos militares nas especialidades dos três ramos em formação: Marinha, Força Aérea e Forças Terrestres. Grande parte desses jovens se formou nas especialidades de Marinha e Força Aérea e seriam a base da formação daqueles ramos em seu regresso entre 1979 e 1980¹⁸ (Macaringue, 1997, p. 80). Foi somente com a aprovação da Lei nº 4/78, de 23 de março, a qual instituía o serviço militar obrigatório, que o novo governo pôde reduzir as

¹⁷ FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

¹⁸ FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

fraquezas em termos de efetivos¹⁹. A aprovação daquele decreto revelava, em si, que o governo da FRELIMO começava a privilegiar medidas burocráticas e institucionais, ao invés de medidas *ad-hoc* e não preceituadas na lei.

Para além da fraqueza em termos de efetivos, as Forças Armadas moçambicanas tinham um grande déficit em termos de material bélico, que, na altura, era composto, principalmente, do equipamento residual resultante das doações recebidas durante a luta armada e do equipamento cedido por Portugal no período de transição para a independência. Aquele armamento não era suficiente para responder às novas exigências estratégicas. A China, apesar de grande aliada da FRELIMO, não dispunha do material bélico que Moçambique precisava para conter as incursões rodesianas, nem a ameaça sul-africana (Macaringue, 1997, p.75-76). Era preciso ter acesso a equipamentos que somente a URSS podia disponibilizar²⁰. De acordo com Macaringue (1997, p. 76-77), foi a China a aconselhar Moçambique a procurar o apoio da URSS, pois reconhecia que não possuía a capacidade de montar um Exército regular, com todas as armas capazes de enfrentar a agressão externa da qual Moçambique era vítima. Nesse sentido, o primeiro passo para a aproximação com os soviéticos foram os acordos de cooperação técnica e econômica (no campo da pesca, aeronáutica, navios mercantes, etc), assinados em 12 de fevereiro de 1976, entre o governo moçambicano e a URSS (Ginsburgs, 1987, p.139).

De acordo com Macaringue (1997, p. 77-79), a decisão definitiva pela opção soviética foi dada em março de 1976, depois de Moçambique ter fechado a fronteira com a Rodésia, em cumprimento às sanções decretadas àquele país pelas Nações Unidas. Imediatamente, após a tomada daquela decisão, o nível de agressão rodesiana aumentou, obrigando o Estado moçambicano a buscar soluções de defesa urgentes. Por esse motivo, o governo da FRELIMO enviou uma delegação de alto nível para a URSS para pedir armamentos e ajuda no sentido de formar o Exército regular. Como resultado dessa iniciativa, transferiu-se algum material bélico para Moçambique em 1976 e, no mesmo ano, vários quadros das FPLM foram enviados para Moscou para frequentar cursos de comando e direção de tropas regulares em escolas de formação de oficiais.

Todavia, antes de se comprometer profundamente com Moçambique e ceder material bélico em maiores quantidades, a URSS, que não via com bons olhos o fato de a

¹⁹ MOÇAMBIQUE. Lei nº 4/78 de 23 de Março: Lei do Serviço Militar Obrigatório. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 1978

²⁰ FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FRELIMO estar na órbita da influência chinesa, procurou assegurar-se de duas garantias fundamentais: a lealdade do governo da FRELIMO com Moscou e a retirada dos instrutores chineses de Moçambique. Perante essa situação, a FRELIMO converteu-se, em fevereiro de 1977, em seu III Congresso, em um partido de orientação marxista-leninista e afastou os instrutores chineses dos seus centros de instrução militar (Macaringue, 1997, p.72,77-79).

Com as garantias dadas pela FRELIMO, em 31 de março de 1977, Moçambique e URSS assinaram um acordo de amizade e cooperação por 20 anos (Malache *et al*, 2005, p.165; Cottrell; Hahn, 1978, p. 32; Weinstein; Henriksen, 1980, p. 63). A partir dali, os soviéticos começaram a transferir quantidades significativas de material de guerra para o novo aliado africano²¹. As aquisições militares, nesse período, privilegiavam o Exército, a Força Aérea e a Defesa Antiaérea, pois as agressões rodesianas eram caracterizadas por raids terrestres e aéreos. A Marinha de Guerra, que não tinha a mesma utilidade estratégica, foi, compreensivelmente, colocada em segundo plano, recebendo somente alguns poucos navios-patrolha de menor porte, um navio-patrolha costeiro caça-torpedeiro, além de radares e artilharia costeira.

A aquisição desses equipamentos levou ao estabelecimento de vários instrutores e conselheiros militares soviéticos e do bloco socialista em Moçambique, e vários cursos de formação militar foram implementados, tanto para o uso de armas específicas como de domínio geral. De acordo com Campbell (2006, p. 153), mais de 200 instrutores e conselheiros militares deslocaram-se a Moçambique para ajudar na transformação do movimento de guerrilha em um Exército regular. E, a partir de 1978, URSS, Cuba e Alemanha Oriental ajudaram na estruturação do sistema político, da organização partidária, da educação ideológica, da propaganda e do treinamento dos serviços de inteligência. A formação ocorria tanto nos países socialistas (URSS, Bulgária, Hungria, RDA e Cuba) como também em território nacional (em Maputo ou Nampula)²². Esse fato, por si só, iria ter implicações significativas na doutrina das Forças Armadas, pois elas passaram a ser guiadas pela orientação do bloco soviético.

Assim, principalmente no período entre 1977 e 1979, o governo começou a montar a sua infraestrutura de defesa, ao mesmo tempo em que organizava o Exército regular. Foi, precisamente, em 1977, que se criou o Comando das Forças Terrestres. Com vista a

²¹ FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

²² FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

estancar as agressões da Rodésia e prevenir um possível ataque sul-africano, foi montada uma infraestrutura de defesa ao longo das fronteiras centro e sul (Tete, Manica, Gaza e Maputo). Efetivamente, até 1977, as primeiras quatro brigadas de infantaria motorizada foram estabelecidos naquelas províncias: a 1ª Brigada localizava-se em Boane (província de Maputo); a 2ª em Mapai (província de Gaza); a 3ª em Chimoio (província de Manica); e a 4ª em Tete (província de Tete). Para além de infantaria, aquelas brigadas dispunham de artilharia terrestre, artilharia antiaérea e engenharia militar. As brigadas de artilharia ficaram sob comando do ramo das Tropas de Defesa Antiaérea (TDAA) criado em 1978. No mesmo ano, cria-se a 5ª brigada de infantaria, que se estabelece na província de Sofala; e, em 1979, estabelece-se a 6ª brigada de Tanques, fixada na província de Maputo²³.

Segundo Macaringue (1997, p. 82-83), nos finais de 1978, começaram a regressar a Moçambique os primeiros tripulantes da aviação de transporte formados na URSS; em agosto de 1979, retornam os primeiros técnicos e especialistas de assistência aos aviões de combate, os quais começam a montar os importados da URSS na base de Nacala; em dezembro de 1979 foi a vez dos primeiros tripulantes dos aviões de guerra, que iniciam, em 1980, os voos com os aviões MiG; e, em finais de janeiro de 1980, voltam ao país os primeiros tripulantes de helicópteros. O regresso de todos esses homens culminou na criação efetiva da Força Aérea, cuja base inicial estabeleceu-se em Nacala, sendo redistribuídos, posteriormente, para as bases aéreas da Beira e de Maputo.

O ramo da Marinha, que já era operacional desde 1975, iria sofrer um incremento das suas capacidades com a chegada, em 1978, dos primeiros tripulantes formados fora do país, que haviam sido enviados, em 1977, para cursos de curta duração na URSS, no âmbito do chamamento pela defesa da pátria. Outro grupo, selecionado em 1978, e também enviado para a URSS, só voltaria na década de 1980.

Como resultado de todo esse esforço, em 1978, as FPLM transformam-se em Forças regulares compostas por quatro ramos (Marinha, Força Aérea, Exército e Defesa Antiaérea), passando a se denominar Forças Armadas de Moçambique sob a sigla FAM/FPLM. A estrutura organizacional das Forças Armadas era uma réplica adaptada da estrutura orgânica dos Exércitos do bloco socialista, sendo caracterizada por alta centralização da tomada de decisões, forte sistema de hierarquização, grande formalidade na delegação de tarefas ou passagem de instruções, sistema de controle bastante rígido, delegação de tarefas a

²³ FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

partir do topo, falta de coordenação ao nível dos ramos e das unidades, estabelecimento de regras bastante inflexíveis, além de sistema de comunicações fechado e de excessiva departamentalização²⁴. Essa estrutura iria demandar instalações físicas voltadas ao funcionamento dos diversos órgãos institucionais, bem como mecanismos de gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão administrativa e criação de legislação e normas institucionais.

Nesse sentido, o projeto da FRELIMO de construção de um Exército regular de forma gradual não ocorreu como previsto, pois as circunstâncias e os condicionamentos impostos ditaram um rumo totalmente diferente do preconizado (Macaringue, 1997, p. 79). Com base no institucionalismo histórico, pudemos perceber como a constituição de alguns organismos baseou-se em medidas *ad-hoc* e em arranjos estruturais para responder a situações imediatas e específicas, devido à situação de guerra, sem obedecer a um programa macro de institucionalização legalmente aprovado. Todavia, após a criação das FAM/FPLM, aquela instituição passou a ser o elemento central da vida política, determinando as ações dos indivíduos. Transformar-se-ia, assim, numa instituição total com poderes plenos sobre a sociedade.

Os ataques da África do Sul e a intensificação das ações da RENAMO

Inicialmente, apesar do relacionamento não amistoso com a RSA, aquele país não desenvolveu uma política agressiva, em relação a Moçambique, de forma aberta. Tal postura deve-se a dois fatores: 1) a independência de Moçambique ocorre num período em que a RSA punha em prática a política de *détente*, visando ganhar a simpatia dos países independentes da África Austral (Hall; Young 1997, p. 122); e 2) em 1974, antes da independência de Moçambique, a África do Sul assinou um pacto de não-agressão com a FRELIMO. Segundo o acordo, a RSA não iria intervir em Moçambique e, em contrapartida, a FRELIMO não permitiria que o Congresso Nacional Africano – ANC, principal organização política antiapartheid sul africana, operasse a partir do território moçambicano. A RSA comprometia-se, também, a não atacar Moçambique em caso de eventual confronto entre este e a Rodésia (Abrahamsson; Nilsson, 1995, p. 40).

²⁴ Por estrutura organizacional, usamos a definição de Stoner e Freeman: forma pela qual as atividades desenvolvidas por uma organização são divididas, organizadas e coordenadas (Stoner; Freeman, 1999, p. 230). O uso dessa definição enquadra-se, perfeitamente, na análise do institucionalismo histórico, já que considera como instituição as organizações formais, bem como as regras, os procedimentos e as estruturas informais (Thelen; Steinmo, 1992, p. 2).

A assinatura desse acordo explica, por exemplo, por que Moçambique nunca permitiu que o ANC estabelecesse bases militares permanentes no seu território, até 1981, jamais tendo autorizado-o a atravessar sua fronteira com homens e material bélico. Essa política contrastava com o apoio aberto que Moçambique dava à ZANU, do Zimbábue, que estabeleceu várias bases no território moçambicano. Somente, em 1981, é que a FRELIMO permitiu que o ANC constituísse escritórios da organização em solo moçambicano. No entanto, apesar de não permitir o uso do território nacional por guerrilheiros do ANC, Moçambique era um dos Estados mais ativos na luta pela causa daquele movimento em vários fóruns internacionais, e isso era visto, pela África do Sul, como uma grande afronta e provocação (Lulat, 2008, p. 269-272).

A postura de *détente* que a RSA apresentou, na segunda metade da década de 1970, iria começar a mudar em 1977, quando o Livro Branco de Defesa, apresentado perante o Parlamento sul-africano, expôs a tese de que o país estava em estado de guerra e que tal situação implicava a adoção de uma estratégia total de defesa. A partir daí, começa a ser formulada a “estratégia total” – política que iria mudar, por completo, o panorama estratégico da África Austral. Todavia, essa política somente seria efetivada quando Ronald Reagan subiu ao poder em 1981 e começou a implementar o *constructive engagement*²⁵. De acordo com essa estratégia, deviam ser tomadas ações em todas as áreas: militar, psicológica, econômica, política, sociológica, diplomática, ideológica, cultural, entre outras. As Forças Armadas não deviam ser as únicas engajadas na sua implementação, mas, sim, todos os departamentos do Estado. Os objetivos estratégicos da RSA passaram a ser: 1) neutralizar governos hostis à RSA através de ataques seletivos; 2) sabotar a economia desses países; 3) sabotar as redes de comunicação que pudessem sustentar os países membros da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC); 4) promover a mudança de regime nos Estados hostis; 5) apoiar movimentos dissidentes; e 5) agredir militarmente Estados que persistissem na política de antagonismo com a RSA.

Em 26 de novembro de 1980, Pieter Botha, presidente da RSA, declarou que os países que continuassem a conceder apoio ao ANC poderiam sofrer ataques por parte das Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF) (Brecher; Wilkenfeld, 1997, p. 460). As operações

²⁵ O *constructive engagement* é o nome dado a aliança entre EUA e a RSA, que, em tese, buscava promover mudanças políticas na África do Sul através de ações construtivas e não de sanções, mas que, na verdade, se inseria na agressiva estratégia global dos EUA, em um momento de recrudescimento da Guerra Fria. Reagan adota, assim, uma política externa mais agressiva visando a retomada da hegemonia estadunidense e derrota do bloco soviético. Para isso, os EUA intensificam o seu apoio às forças que lutavam contra a URSS e seus aliados – como a UNITA, em Angola, ou os “Contras”, na Nicarágua – ou terceirizam essa responsabilidade para os aliados tradicionais. É o que acontece com a RENAMO, que passa a contar com o apoio explícito da África do Sul, ponta de lança da estratégia estadunidense na África Austral.

sul-africanas tomaram, então, três formas: 1) assassinatos com recurso a bombas em escritórios, automóveis e casas; 2) envio de comandos para o interior de Moçambique; 3) rapto de membros do ANC, que eram levados de volta para a RSA para julgamento (Glickman, 1990, p. 40).

De acordo com Lulat (2008, p. 269-272), uma das principais razões que motivou a RSA a agredir Moçambique foi o estabelecimento da SADCC, em 1980. Essa organização, que surge com o objetivo de reduzir a dependência dos Estados da África Austral em relação a RSA e a Moçambique, desempenhava um papel central para o sucesso daquele projeto, pois era por seu território que deveria passar todo o comércio regional. A aposta da SADCC era o fortalecimento das infraestruturas de transporte moçambicanas, que permitissem o comércio exterior dos países do *hinterland*, diminuindo, assim, a sua dependência em relação aos portos sul-africanos. Essa estratégia dos Estados da SADCC ia contra o CONSAS (*Constalation of Southern African States*) idealizado pela RSA e que visava manter os Estados da região sob sua influência. A destruição das infraestruturas moçambicanas tornou-se, desse modo, um imperativo estratégico para a RSA. O mecanismo para atingir esse fim foi patrocinar a guerra de desestabilização promovida pela RENAMO.

Foi, na esteira do estabelecido pela estratégia total, que o governo da RSA transferiu as bases da RENAMO do Zimbabwe (a ex-Rodésia) para o interior do seu território, passando a conceder apoio ao movimento após a independência efetiva daquele país, em 1980. O estabelecimento de um governo amigo na antiga Rodésia não levou, como a FRELIMO esperava, ao fim das atividades subversivas da RENAMO, pois, com o apoio sul-africano (que incluía ajuda em equipamento, informações, comunicações, transporte, aconselhamento militar e assistência técnica), a RENAMO tornou-se, a partir de 1980, uma força mais bem treinada e melhor equipada, podendo expandir as suas ações por todo o país e com melhores condições para enfrentar as FAM/FPLM (Bartoli, 2009, p. 143). Segundo Alao (1994, p. 52), em 1982, a RENAMO tinha cinco mil homens atuando em Moçambique, mas, em meados daquela década, esse número já tinha duplicado. Para além da transferência dos combatentes da RENAMO, a RSA incorporou as antigas unidades de contrainsurgência Rodesianas, os *Selous Scouts*, nos seus regimentos de contrainsurgência, os *Recces* –grupo este, que iria contribuir no treinamento dos homens da RENAMO e que participaria de alguns raids militares em Moçambique.

Apesar de mais discretas, em comparação com as ações da Rodésia (por usarem *surrogates* e ações encobertas), as operações sul-africanas constituíram grande ameaça à segurança nacional, exigindo, por isso, uma resposta adequada. Houve necessidade de

fortalecer a estrutura das FAM/FPLM de modo a conter as incursões dos comandos sul-africanos no solo moçambicano, bem como as ações da RENAMO. Em 1980, as Forças Armadas decidem fundir a Força Aérea e a tropa de Defesa Antiaérea, criando, desse modo, um único e constituindo um novo ramo: a tropa de Guarda Fronteira. No mesmo ano, aprova-se a Lei nº 5/80, que cria o sistema de patentes militares nas FAM/FPLM²⁶. Conforme Samora Machel, o estabelecimento da hierarquia nas FAM/FPLM resultava da transformação qualitativa e organizativa das forças. Justificou, ainda, que a demora para que isso fosse implementado deveu-se à necessidade de promover o desenvolvimento gradual do Exército, de formar quadros que dominassem a ciência militar e de garantir que estes ganhassem maturidade política e solidez ideológica. Mais importante, ainda, defendeu que a nova hierarquia visava responder às solicitações da nova fase da luta²⁷. Em 1980, as Forças Armadas contavam já com cinco armas integradas em quatro ramos²⁸. A denominação Marinha Popular, Exército Popular e Força Aérea Popular deixa de ser empregada. A Marinha Popular passa, então, a ser chamada de Marinha de Guerra de Moçambique (MGM).

Depois do ataque à cidade da Matola (1981), o Exército moçambicano foi forçado a estabelecer unidades militares permanentes ao longo da fronteira com a RSA, resultando num segundo esforço de guerra, visto que outras unidades estavam engajadas no confronto com a RENAMO, a qual, também, infiltrava-se no território moçambicano pelas fronteiras das províncias de Maputo e Gaza. Houve, ainda, uma grande necessidade de fortalecer a Defesa Antiaérea, de modo a conter as operações aéreas de reconhecimento e depósito de armamento efetuadas pela Força Aérea sul-africana. Perante essa nova situação, e sendo incapaz de conter a situação sozinha, a FRELIMO firma um pacto com o Zimbabwe²⁹.

A busca de alternativas institucionais para a situação de guerra originou a multiplicação de microinstituições, tais como milícias, grupos dinamizadores, os quais tanto contribuíam para os esforços de guerra quanto exigiam investimentos extra-orçamentados. Essas instituições provocaram problemas de subordinação, logística, remuneração e

²⁶ MOÇAMBIQUE. Lei nº 5/80, Cria o sistema de patentes militares nas Forças Armadas de Moçambique (FPLM). *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, I Série, n. 38, 1980

²⁷ FRELIMO. Os nossos oficiais devem ser comunistas: orientação do presidente do partido Frelimo e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Moçambicanas (FPLM) ao anunciar a criação das patentes. *Boletim da Célula*, Maputo: Edição do Departamento do Trabalho Ideológico do Partido Frelimo, n. 3, set. 1980. p. 2-3.

²⁸ OFENSIVA nas Forças Armadas moçambicanas: instituídas patentes e divisas. *Tempo*, Maputo, n. 520, 28 set. 1980. p. 9.

²⁹ Dentro do espírito de ajuda mútua e reconhecimento da ajuda do Estado moçambicano para a independência do Zimbabwe, bem como da necessidade de garantir a segurança sobre o corredor da Beira, o qual é vital para a entrada e a saída do comércio zimbabwiano, o Zimbabwe enviou unidades militares para proteger esse corredor em 1983, tendo essas unidades permanecido em Moçambique até 1993 (Alao, 2012, p. 148-149).

equipamento. Mais importante, ainda, iriam representar um problema a ser resolvido no fim do conflito armado, ao trazerem questões e demandas, como resistência à desmobilização, exigências de incorporação às tropas regulares e de manutenção do status existente, pensões, entre outros elementos.

Os esforços do governo para conter a ameaça externa e interna impactaram, gravemente, na construção das instituições militares. O fato de a ameaça provir da RSA com o uso simultâneo de Força Aérea e Exército provocou uma resposta, na mesma medida, pelo governo moçambicano. O governo da FRELIMO apostou no fortalecimento do Exército, da Força Aérea e da Defesa Antiaérea. Com o apoio militar do bloco socialista, o país foi capaz de criar e manter uma Força Aérea e um Exército minimamente equipados.

O fato de Moçambique não ter sofrido nenhum tipo de ataque pelo Oceano Índico resultou na marginalização da MGM. Contudo, as FAM/FPLM tinham conhecimento de que várias toneladas de material bélico, recebidas pela RENAMO, vinham pelo mar. Diversos barcos ou submarinos sul-africanos iam para a costa moçambicana, junto a praias isoladas, e depositavam os suprimentos de material que a RENAMO precisava (Lulat, 2008, p. 273). Apesar do conhecimento sobre essas operações feitas pelo mar, não houve um forte investimento na MGM, no sentido de estancar essa linha de suprimento logístico. Os dois SO1 Class – navios patrulha caça-submarinos – cedidos pela URSS, em 1985, não eram suficientes para conter as incursões dos submarinos sul-africanos em território nacional. Paralelamente, as preocupações de segurança militar no interior impediam que o governo moçambicano olhasse, com a mesma intensidade, para as ameaças que o país enfrentava no Oceano Índico, como a pesca ilegal, o tráfico de armas pelo mar e outras ações marítimas. Consequentemente, a Marinha permaneceu num estado de letargia.

É importante ressaltar, ainda, que o compromisso soviético em relação a Moçambique era limitado, principalmente em comparação com o seu envolvimento em Angola. Para Moçambique, a URSS enviava, maioritariamente, material de guerra usado e em desuso (*out-of-date*), à exceção dos aviões de guerra e helicópteros, enquanto para Angola e Etiópia ia o material mais sofisticado do seu arsenal. Campbell cita, por exemplo, que o sistema de defesa antiaéreo que a URSS instalou em Maputo era ineficiente e não estava ao nível da aviação militar sul-africana, muito mais sofisticada, fato que justifica, a nosso ver, a grande liberdade que a Força Aérea Sul-africana tinha para entrar no país e depositar a logística da RENAMO, regularmente, sem nenhum grande empecilho (Campbell, 2006, p. 147, 152-154).

A falta de comprometimento soviético deve-se a vários fatores: 1) Moçambique continuou a manter boas relações com a China, apesar das pressões da URSS; 2) o país era considerado um peão de menor importância, por não ter recursos estratégicos como Angola; 3) Moçambique não dispunha de dinheiro para pagar pelo melhor material de guerra soviético, como Angola tinha; 4) Moçambique recusava-se a admitir a presença de soldados cubanos, apesar da insistência soviética, pois o governo considerava que isso poderia ampliar o conflito com a RSA e os EUA; 5) Moçambique recusou-se a estabelecer uma base naval soviética em Nacala (Lulat, 2008, p. 278-279); 6) diferentemente de Angola, que foi invadida pela RSA, o perigo de invasão a Moçambique era percebido como improvável; e 7) Moçambique era um campo de batalha secundário na Guerra Fria, enquanto Angola era primário. Portanto, apesar de considerar Moçambique como um aliado estratégico, a URSS preferia manter um envolvimento mínimo no país e, conseqüentemente, o país recebeu pouco material bélico e de qualidade inferior, o que impossibilitou ao governo de Maputo eliminar as ameaças impostas.

Mais importante ainda, depois de 1982, o envio de armas para Moçambique pela URSS refluíu bastante, devido à crise interna que a potência soviética enfrentava, justamente no período em que Moçambique mais precisava de apoio militar (Lulat, 2008, p. 279). Essa situação iria agravar-se com a subida de Mikhail Gorbatchov ao poder, em 1985. Já em Angola, o apoio permaneceu. A verdade é que o apoio soviético tinha contrapartidas econômicas bem definidas e não era baseado no altruísmo. Os interesses econômicos estavam sempre associados aos interesses estratégicos, e o apoio aos movimentos de libertação dava-se também sob garantias futuras. Em resposta à insatisfação em relação ao acordo com a URSS, o governo moçambicano decidiu apelar para os países da Europa Ocidental em busca de armas, tendo assinado vários acordos com países como Portugal e Reino Unido, entre 1982 a 1985 (Campbell, 2006, p. 147-154, 173-175)

O apoio do Malawi à RENAMO, a aproximação com países do Bloco Ocidental e a reestruturação das Forças Armadas de Moçambique

De acordo com Lulat (2008, p. 277), o apoio formal do Malawi à RENAMO começa em 1982, quando, a pedido da RSA, o regime de Hastings Kamuzu Banda aceitou que bases daquele movimento fossem estabelecidas no seu território. Com o estabelecimento daquelas bases, as ações da RENAMO ganhavam uma nova dimensão, impondo uma resposta na mesma dimensão, por parte do governo da FRELIMO. Antes de analisarmos a resposta das

Forças Armadas moçambicanas para a nova fase do conflito, torna-se pertinente entender as razões que levaram o regime de Banda a tomar uma medida totalmente contrária à posição dos países da África como um todo, da Linha da Frente – a aliança antiapartheid formada por alguns países africanos – e da SADCC.

Para Finnegan (1992), a primeira, e talvez a mais importante, razão da atitude do Malawi era a ambição territorial daquele país sobre a região norte de Moçambique. Ainda durante a luta de libertação nacional, Portugal cortejou o Malawi, na pessoa de Banda, a fim de que este impedisse a passagem dos guerrilheiros da FRELIMO pelo seu território, com promessas de ceder parte do território moçambicano, na região norte, que pertencia ao antigo império do Marave (pré-colonial). Esse território, que se estendia desde o atual Malawi até a costa norte de Moçambique, daria ao Malawi acesso direto ao Oceano Índico e, desse modo, eliminaria a dependência em relação a Moçambique para suas exportações e importações. Perante uma proposta tão sedutora, de reconstrução do “Grande Malawi”, Banda decidiu, então, cooperar ativamente com Portugal (Finnegan, 1992, p. 140-14; Hanlon, 1986, p. 241).

Para além de aceder ao pedido de Portugal, o Malawi engajou-se, ativamente, no controle dos movimentos dos guerrilheiros da FRELIMO, chegando, inclusive, a prendê-los ou entregá-los às autoridades coloniais portuguesas (Finnegan, 1992, p. 141; Cabá, 1997, p.53). Mais do que isso, em 1968, o Malawi permitiu a criação de um movimento guerrilheiro independentista, que viria a competir com a FRELIMO: a União Nacional Africana da Rombézia (UNAR)³⁰. De acordo com Cabá (1997, p. 22), após a formação da UNAR, a FRELIMO enviou Samora Machel e Lourenço Mutaca ao Malawi para discutirem com as autoridades do país a existência daquela organização. Mas, desses encontros realizados, não se obtiveram garantias de uma ação contra a UNAR³¹. Portanto, pode-se dizer que a aceitação do pedido sul-africano pelo Malawi resultava da continuada ambição pelo norte de Moçambique e da consequente hostilidade para com a FRELIMO, principal empecilho para a realização dessa ambição.

Depois da Revolução dos Cravos em Portugal, inúmeros integrantes dos serviços secretos portugueses refugiaram-se no Malawi, tendo alguns deles sido incorporados no Exército e na polícia malawiana. Por seu lado, a UNAR perdeu muito do seu ímpeto e mudou de nome para África Livre. Ainda assim, aquele movimento continuou a usar o Malawi como

³⁰ A Rombézia preconizava a unidade territorial entre o Rovuma e o Zambeze, que compreenderia os antigos distritos de Niassa, Cabo Delgado, Moçambique, Zambézia e Tete, incluindo as zonas do sul do Zambeze (Cabá, 1997, p. 22). Era, praticamente, a reclamação do território do antigo império Marave.

³¹ De acordo com Cabá (1997, p. 23), em vez de uma redução de apoio ao UNAR, o Malawi reforçou o seu apoio tanto ao nível político, ideológico e financeiro.

base de operações, fazendo ataques esporádicos a Moçambique (Cabá, 1997, p.27). Nessa altura, o movimento era de pequena dimensão. Esse grupo residual seria integrado à RENAMO em 1982, quando aquele movimento estendeu as suas atividades para o norte do país e abriu bases no Malawi (Finnegan, 1992, p. 141). A intenção sul-africana, ao pedir o uso do território do Malawi pela RENAMO, era a de permitir que o movimento pudesse ampliar suas ações pelo centro e norte de Moçambique. Com efeito, em agosto de 1982, a RENAMO já começava a operar nas províncias da Zambézia, Tete e Sofala (Lulat, 2008, p. 277). No mesmo ano, a RENAMO empreende uma grande invasão à província da Zambézia. O governo moçambicano envia, em outubro, o seu ministro de negócios estrangeiros, Joaquim Chissano, para pressionar o governo malawiano a cortar o apoio a RENAMO. Como resultado da visita, o Malawi reduziu o apoio que concedia a RENAMO, e a invasão a Zambézia foi interrompida (Hanlon, 1986, p. 241; Cabá, 1997, p. 56).

O ponto mais alto do envolvimento malawiano na guerra civil moçambicana iria acontecer depois dos Acordos de Nkomati, de 16 de março de 1984. Perante os compromissos assumidos com o governo moçambicano, a RSA decidiu parar com o apoio aberto, que concedia a RENAMO, e retirar as bases do movimento do seu território. A opção escolhida pela liderança sul-africana foi transferir as bases para o Malawi, o que não implicou o fim do apoio sul-africano ao movimento, o qual foi mantido até o fim do conflito, em 1992. Uma vez mais, o Malawi aceitou o pedido sul-africano, e as bases da guerrilha foram deslocadas para aquele país. Com o posicionamento de toda a infraestrutura da RENAMO no Malawi, aquele movimento pôde infiltrar vários homens nas províncias do centro e norte de Moçambique (Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado), obtendo avanços consideráveis no campo de batalha, chegando, mesmo, a controlar extensas partes do território nacional (Finnegan, 1992, p. 142).

A primeira resposta do governo moçambicano foi buscar um entendimento com o Malawi para forçá-lo a terminar o apoio que dava a RENAMO. Em outubro de 1984, Machel viajou pessoalmente ao Malawi para negociar com Banda, mas os resultados foram negativos. Em 11 de setembro de 1986, Machel voltou a visitar o Malawi, na companhia de Roberto Mugabe e Kenneth Kaunda, para pressionar Banda a pôr termo ao apoio concedido à RENAMO. Nessa ocasião, Machel ameaçou fechar a fronteira entre Moçambique e Malawi, para isolar o país, ameaçando, também, instalar mísseis na fronteira. Após essa última ação do presidente moçambicano, Banda sentiu-se pressionado e acabou por cortar o apoio que dava a RENAMO, chegando, inclusive, a expulsar aquele movimento do seu território (Lulat, 2008, p. 277; Finnegan, 1992, p.142). De acordo com Finnegan (1992, p. 142), mais de 12000

homens da RENAMO foram expulsos do Malawi até finais de setembro de 1986. Na mesma ocasião, Banda prometeu enviar 300 soldados malawianos para protegerem a linha férrea que ligava o Malawi ao porto de Nacala³² (Lulat, 2008, p. 277).

A expulsão dos guerrilheiros da RENAMO do Malawi iria repercutir gravemente sobre Moçambique, pois o movimento decidiu, com apoio sul-africano, lançar a sua maior campanha militar sobre o território moçambicano. A região desejada era precisamente a Rombézia (o território que parte desde o rio Rovuma até a província da Zambézia) (Manjate, 2013, p. 52). Para alcançar seus objetivos, a RENAMO concentrou suas forças na província da Zambézia de modo a cortar a ligação entre as províncias do norte e o sul do país³³.

No final de 1986, a RENAMO tinha a província da Zambézia praticamente sob seu controle (Finnegan, 1992, p.142-143; Hanlon, 1989, p. 178). Em virtude dessa situação e perante a possibilidade de perder parte do território para a RENAMO, o governo da FRELIMO decidiu buscar apoio externo. Para além do Zimbabwe, que já estava presente no país desde o início da década de 1980, o governo pediu o apoio de países, como a Tanzânia, além de procurar – como já mencionado – apurar suas arestas com o governo do Malawi. Por outro lado, a falta de um *sponsor* da dimensão da URSS no bloco socialista obrigou a FRELIMO a se aproximar de países do bloco capitalista para conter a enorme crise que enfrentava. Foi por essa via que países como Portugal, Itália, França e Reino Unido vieram a dar apoio logístico e enviaram conselheiros e instrutores militares para ajudar o governo na batalha contra a RENAMO. Portanto, pode-se dizer que a crise provocou mudanças nas preferências das FAM/FPLM.

Com o apoio externo, as FAM/FPLM conseguiram lançar uma contraofensiva bem-sucedida para recuperar a província da Zambézia, em 1987. O apoio de tropas tanzanianas e zimbabueanas impediu que a RENAMO conquistasse a capital provincial, Quelimane (Finnegan, 1992, p. 142-143; Hanlon, 1989, p. 178). Cabe ressaltar que uma grande modificação doutrinária na estratégia de contrainsurgência impingida pelos

³² A Tanzânia e o Malawi enviaram unidades militares permanentes para garantir a segurança do corredor de Nacala, no norte de Moçambique, permitindo o acesso ao mar aos países do *hinterland*, como Malawi e Zâmbia. Os outros países contribuíram no treinamento do Exército, equipamento e informação (Vieira; Ohlson, 1992, p. 217). Contudo, devemos referenciar que a participação malawiana só ocorre depois de 1986.

³³ Importa referir que a RENAMO sofreu, ao longo da sua história, uma grande metamorfose: de um agrupamento ao serviço da Rodésia e RSA até, aproximadamente, 1984, ela tornou-se um movimento com interesses, objetivos e motivações próprias. De um movimento substituto (*sorrogate*), adquiriu uma postura político-militar sólida. Portanto, fica registado que a RENAMO gozava da simpatia de uma boa parcela da população. Em grande medida, ela se engrandeceu graças à insatisfação social em relação à política e à administração do governo da FRELIMO.

conselheiros dos países ocidentais teve um papel decisivo para o sucesso daquela contraofensiva.

Apesar dos atores externos terem contribuído muito para o sucesso daquela ofensiva, grande parte deste deve-se às transformações realizadas nas Forças Armadas de Moçambique³⁴: 1) entre 1986 e 1987, o governo decidiu fazer uma grande reorganização das Forças Armadas e de seu quadro dirigente. Na ocasião, cria-se, finalmente, o ramo do Exército, substituindo-se a denominação “forças terrestres”, que vingou por quase uma década³⁵; 2); em 1987, as Forças Armadas decidem mudar a sua estratégia de contrainsurgência, com a diminuição do uso da infantaria para combater a RENAMO, passando a utilizar, em maior escala, forças especiais mais ágeis apoiadas pela Força Aérea, que eram lançadas em pequenos grupos para atacar as bases da RENAMO; 3) pela primeira vez; a ofensiva foi desenvolvida num período chuvoso e encontrou a RENAMO despreparada (Weinstein; Francisco, 2005, p. 181-182); 4) mudou-se a localização do comando militar da área central de Mocuba para a capital da província da Zambézia; 5) criou-se um posto de comando avançado (PCA) na província; 6) nomeiam-se novos comandantes para a província; 7) desenvolveram-se atividades de inteligência militar, coletando informações sobre a guerrilha (Manjate, 2013, p.117-119, 208); e 8) eliminam-se as regiões militares e retomam-se os comandos provinciais. Dessa forma, até meados de 1988, o governo retomou o controle de quase toda a província da Zambézia (Finnegan, 1992, p. 143).

Uma das principais razões do sucesso da batalha foi o uso, pela primeira vez desde que começou o conflito armado, dos três ramos das Forças Armadas: o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra em operações de combate combinadas. Enquanto a Força Aérea já vinha sendo usada para reconhecimento aéreo, ataque ao solo, abastecimento logístico e evacuação aérea, a MGM teve, pela primeira vez na sua história, a oportunidade de participar da guerra. A Marinha seria usada para: 1) recuperar o porto de Pebane, que era usado pela RENAMO para o reabastecimento; 2) patrulhamento da costa para evitar o reabastecimento da RENAMO pelo mar; 3) transporte e evacuação de soldados e população; e 4) para a defesa da cidade de Quelimane. O fato é que a RENAMO tinha cortado a ligação terrestre entre o sul e o norte da província da Zambézia, e a única opção de abastecimento das forças era por via aérea e marítima. Nessa batalha, foram usados um pequeno número de

³⁴ De acordo com Bell (2002, p. 374), as instituições possuem uma grande inércia para mudanças e resistem as mudanças até que o aumento das pressões as obriguem a mudar. Para o autor, essas pressões são, na maioria dos casos, externas ou exógenas às próprias instituições e resultam de distúrbios ou crises.

³⁵ FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

fuzileiros e dois barcos SO1 Class (caça-submarinos), batizados com os nomes: Independência e Combatente (Manjate, 2013, p. 127-130, 137-144).

A batalha da Zambézia iria marcar, para sempre, o pensamento estratégico das Forças Armadas, pois, a partir dali, os métodos de contrainsurgência seriam replicados em todo o país até o final do conflito, em 1992. Pode-se considerar aquela batalha como o maior desafio estratégico, tático e operacional que o governo enfrentou no pós-independência (Manjate, 2013, p. 206-207).

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar como as agressões externas e a guerra civil impactaram fortemente as opções das elites militares moçambicanas, desde a estruturação e a organização das forças, passando pela postura estratégica, até as preferências em relação a armamento. Papel importante também foi desempenhado pelos atores estrangeiros, os quais ajudaram a criar as Forças Armadas regulares. Esse período deixou profundas marcas na instituição militar moçambicana, que, ainda hoje, impactam o planejamento estratégico e os processos de tomada de decisão por parte dos agentes políticos.

Assim, fazendo um balanço das principais consequências das guerras e da intervenção estrangeira e de seus impactos no interior da instituição militar, nos níveis estratégico, organizacional, doutrinário e dos meios, podemos inferir que:

- Na resposta das FAM/FPLM às ameaças que enfrentou, fica mais do que evidente o predomínio da estratégia continental sobre a estratégia naval. Grande parte das brigadas foram estacionadas junto à fronteira, como os batalhões de artilharia, defesa antiaérea e infantaria motorizada;
- Apesar do governo da FRELIMO considerar a URSS como o seu grande aliado estratégico, aquele país não se comprometeu muito com Moçambique nos moldes em que se comprometeu com Angola, visto que o peso estratégico e econômico desta última era bem maior;
- O pensamento estratégico moçambicano foi dominado por considerações realistas em que o Estado era o único ator relevante a considerar, e o poder militar a única alternativa para a sobrevivência do Estado. Nessa vertente de pensamento, as ameaças não militares não recebiam a mesma consideração pela elite militar, o que permitiu que elas florescessem, em especial a pesca ilegal;

- Moçambique tornou-se dependente de armas auxiliares para a defesa da sua integridade territorial. Os Exércitos do Zimbabwe, Tanzânia e Malawi estiveram engajados ativamente na proteção de objetos vitais durante a guerra, e a URSS enviava, regularmente, uma frota naval para manter o elemento dissuasório contra a África do Sul. Nenhum desses Estados agiu por altruísmo: com exceção da Tanzânia, todos os outros estavam engajados na defesa dos seus interesses estratégicos. Ao Zimbabwe interessava a segurança nos corredores da Beira e do Limpopo – vitais para a sua economia, e ao Malawi interessava a segurança no corredor de Nacala. Isso demonstra que o engajamento militar de qualquer Estado está sempre associado à defesa de algum interesse estratégico. Revela, também, uma grande dependência externa em relação a Exércitos auxiliares, e essa tendência mantém-se até hoje;
- Antes da constituição das FAM/FPLM, as reações do Estado moçambicano perante as ameaças eram *ad-hoc* e reativas. O Estado era extremamente fraco e incapaz de impor qualquer direção estratégica. Todavia, com a estruturação das FAM/FPLM, o discurso político moçambicano sofreu uma alteração profunda. A visibilidade dessa alteração via-se no comportamento da liderança política e militar, a qual, demonstrando confiança no seu Exército, desenvolveu uma retórica agressiva em relação à África do Sul, a partir de 1980. Contribuiu, ainda, para essa postura, a ideia que a FRELIMO tinha do apoio incondicional soviético. Podemos assumir que o aumento das capacidades do Estado estruturou as decisões da elite governativa;
- Por motivos contingenciais, a transformação do movimento de libertação nacional em Exército regular implicou a adoção de uma estrutura organizacional importada do bloco socialista. As FAM/FPLM replicaram as estruturas de comando, a hierarquia do processo decisório e a mesma departamentalização, sem ter em conta a disponibilidade de recursos humanos capacitados, os recursos financeiros, a dimensão das instituições e a disponibilidade de meios e equipamentos. A introdução daquela estrutura organizacional exigia novas demandas não dominadas pelo antigo movimento de libertação nacional, tais como burocracia, procedimento administrativo, planejamento estratégico, entre outros. Como resultado da soma das incapacidades, foi criada uma instituição, o que dependia, em quase tudo, dos seus aliados. Esse quadro, que permanece até hoje, confirma a dependência de trajetória do ato fundacional;
- A partir do momento em que o governo da FRELIMO passou a depender da ajuda do bloco socialista, estes países passaram a se envolver em todas as vertentes da capacitação

das Forças Armadas: deles vieram conselheiros militares e instrutores; para os países socialistas iam pilotos (da Força Aérea), marinheiros (da Marinha de Guerra) e oficiais (do Exército), mecânicos (de todos os ramos) para formação e treinamento. Vários comandantes das unidades militares foram enviados para os países do bloco socialista para efeitos de formação específica para comporem o Exército regular em formação. Foram também enviados estudantes para diversos países, para frequentarem cursos em academias militares (Manjate, 2013, p. 37). Essa dependência iria contribuir para forjar uma preferência, por parte das elites militares, dos modelos organizativos e estratégicos do bloco socialista;

- A doutrina soviética passou a dominar o pensamento estratégico das Forças Armadas em todos os aspectos: instrução, comando e controle, comunicações, manobras, operações, mobilização, em suma, no preparo e emprego das Forças Armadas. Essa situação criou algum embaraço para as FAM/FPLM que não possuíam uma doutrina apropriada para lidar com a guerrilha da RENAMO, pelo menos até 1987;
- As Forças Armadas, apesar de reconhecidamente nacionais, obedeciam ao Bureau Político da FRELIMO. A chefia dos órgãos militares dependia da fidelidade ao partido e não ao mérito. A centralidade da tomada de decisões era um fator bastante evidenciado e incentivado. Os jovens incorporados nas FAM/FPLM passavam, também, por um processo de doutrinação, já que assumiam-se socialistas e defensores da revolução socialista. Pode-se dizer, com toda a certeza, que a institucionalização e a estruturação das Forças Armadas resultou em sua partidarização;
- A defesa da pátria, muitas vezes, confundia-se com a defesa do partido FRELIMO e do governo. A proteção do regime, como defende Macaringue (1997, p. 86), tornou-se a principal função das FAM/FPLM. O fortalecimento do Exército veio a ser o objetivo principal do Estado, pois este garantia a continuidade do regime, e o Exército passou a ser o escudo para o estabelecimento e o fortalecimento de um regime autoritário, muito à semelhança dos aliados do bloco socialista e da maioria dos Estados africanos pós-independência;
- Apesar de Moçambique ter recebido muito material bélico soviético, este era maioritariamente antigo e de fraca qualidade. Além disso, grande parte do material de guerra cedido pela URSS vinha a título de empréstimos ou doação. Esse fator contribuiu para o enraizamento de uma mentalidade de “mão estendida”, em que o Estado fica a esperar que “países amigos” ofereçam as armas necessárias para a defesa dos interesses

nacionais. O fato de ter recebido enormes quantidades de material de segunda mão também parece ter enraizado, no seio das Forças Armadas, a preferência pelos equipamentos de segunda mão. As duas preferências, infelizmente, prevalecem até hoje;

- Para receber material de guerra soviético, Moçambique teve de obedecer às imposições políticas e estratégicas soviéticas e, perante a recusa de algumas destas, aquele país decidiu reduzir o nível da ajuda que concedia;
- A partir do momento que a instituição militar foi sendo capacitada com meios, ela passou a deter um poder quase soberano sobre todo o aparelho do Estado e tornou-se fulcral para o funcionamento das outras instituições, do nível central até o local. Esse fator, por si só, transformou as lideranças militares na mais alta elite do Estado. De acordo com Levi, citado por Bell (2002, p. 364), as instituições criam e contêm poder. O poder das Forças Armadas era inquestionável.

Para além dos fatores acima aludidos, um olhar para o passado permite-nos concluir que a formação das Forças Armadas moçambicanas foi influenciada pelos acontecimentos históricos contingenciais ao nível internacional e nacional, que empurraram o Estado no sentido do imediatismo e urgência. Percebeu-se, também, que as preferências quanto a modelos, normas, procedimentos e estruturas resultaram tanto de decisões *ad-hoc* quanto predefinidas, fruto da necessidade de responder às ameaças existentes e à disponibilidade de apoio internacional. Portanto, as contingências determinaram que se seguisse uma trajetória.

Como a prática mostrou, a adoção das instituições militares tradicionais não foi um processo fácil, pois exigia um investimento financeiro, humano e tecnológico muito acima das capacidades do novo Estado. Em termos financeiros, a FRELIMO herdou um país sem recursos e totalmente empobrecido, incapaz de investir, significativamente, em defesa e segurança; em termos humanos, o legado colonial foi irrisório, pois a FRELIMO herdou uma população analfabeta e sem a mínima instrução, o que obrigava que o novo governo fizesse um investimento acelerado para dar educação e instrução, além de, em termos tecnológicos, haver a necessidade de adquirir material bélico em quantidade suficiente para aparelhar as novas forças criadas.

Assim, as Forças Armadas acabaram por ganhar muitos “vícios” durante a sua fase fundacional – e estes se arraigaram de tal forma que, ainda hoje, permeiam o pensamento estratégico-institucional. E, com isso, as preferências do passado não foram totalmente abandonadas, as políticas do passado formatam a decisão política do presente e as respostas as ameaças do passado, ainda, são cogitadas para as ameaças do presente.

Referências**Documentos**

MOÇAMBIQUE. Lei nº 4/78 de 23 de Março: Lei do Serviço Militar Obrigatório. *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 1978.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 5/80, Cria o sistema de patentes militares nas Forças Armadas de Moçambique (FPLM). *Boletim da República*: Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, I Série, n. 38, 1980.

FADM. Forças Armadas de Defesa de Moçambique, 2015. Disponível em: <http://www.fadm.mil.mz/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FRELIMO. Os nossos oficiais devem ser comunistas: orientação do presidente do partido Frelimo e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Moçambicanas (FPLM) ao anunciar a criação das patentes. *Boletim da Célula*, Maputo: Edição do Departamento do Trabalho Ideológico do Partido Frelimo, n. 3, set. 1980.

PRESIDENTE Samora à polícia moçambicana: estabelecer nova ordem social sem opressão e sem medo: visita a quartéis das forças populares da C.P.M, e cadeia da Machava. *Tempo*, Maputo, n. 249, 13 jul. 1975.

A CRISE é necessária para determinar quem está ao lado do povo quem está ao lado dos capitalistas. Camarada presidente Samora no centro de preparação político-militar de Boane. *Tempo*, Maputo, n. 251, 27 jul. 1975.

1ª SESSÃO do Conselho de Ministros: revolucionar o aparelho de estado pondo-o ao serviço das massas operárias e camponesas. *Tempo*, Maputo, n. 252, 1975.

COMBATENTES e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem: 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim. *Tempo*, Maputo, n. 253, 10 ago. 1975.

REUNIÃO do Estado Maior General com quadros e combatentes das FPLM: rechacemos resolutamente a infiltração inimiga. *Tempo*, Maputo, n. 272, 21 dez. 1975.

'FUDJO' nas Forças Populares. *Tempo*, Maputo, n. 273, 28 dez. 1975.

DEVEMOS defender a nossa pátria atacada, devemos apoiar o combate justo do povo do Zimbabwe. *Tempo*, Maputo, n. 283, 7 mar. 1976.

OFENSIVA nas Forças Armadas moçambicanas: instituídas patentes e divisas. *Tempo*, Maputo, n. 520, 28 set. 1980.

Bibliografia

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Andres. *Mozambique: The Troubled Transition - From Socialist Construction to Free Market Capitalism*. London: Zed Books, 1995.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 165-197. ISSN: 1808-8031

ALAO, Abiodun. *Brothers At War: Dissidence and Rebellion in Southern Africa*. London: British Academic Press, 1994.

BARTOLI, Andrea *et al.* Mozambique – RENAMO. In: DAYTON, Bruce W; KRIESBERG, Louis (ed.). *Conflict Transformation and Peacebuilding: Moving from Violence to Sustainable Peace*. New York: Routledge, 2009. p. 140-155.

BELL, Stephen. Institutionalism: Old and New. In: SUMMERS, John; WOODWARD, Dennis; PARKIN, Andrew (ed.). *Government, politics, power and policy in Australia*. Frenchs Forest, N.S.W., Australia: Pearson Education, 2002. p. 363-380.

BRECHER, Michael; WILKENFELD, Jonathan. *A study of crisis*. Michigan: University of Michigan, 1997.

CABÁ, Sérgio N. *A guerra na província da Zambézia e o papel do Malawi, 1975-1988*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.

CABALLERO, Gonzalo; ARIAS, Xosé Carlos. De la Nueva Economía Institucional al análisis institucional moderno en las ciencias sociales. In: ARIAS, Xosé Carlos;

CABALLERO, Gonzalo (ed.). *Nuevo institucionalismo: gobernanza, economía y políticas públicas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2013. Colección Academia 36.

CAMPBELL, Kurt M. *Southern Africa in Soviet Foreign Policy*. Abingdon: International Institute for Strategic Studies and Routledge, 2006.

COTTRELL, Alvin J.; HAHN, Walter F. Naval race or arms control in the Indian Ocean? some problems in negotiating naval limitations. *Agenda Paper*, New York: National Strategy Information Center, n. 8, 1978.

FINNEGAN, William. *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique*. Los Angeles, University of California Press, 1992.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio P. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (org.). *Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora; Seropédica: EDUR, 2007. p. 199-216.

GINSBURGS, George (ed.). *A calendar of soviet treaties 1974-1980*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.

GLICKMAN, Harvey. *Toward Peace and Security in Southern Africa*. New York: Gordon and Breach Science Publ, 1990.

GROSS, Caroline A. War stopping and peacemaking in Mozambique. In: EICHENSEHR, Kristen E; REISMAN, William Michael (ed.). *Stopping Wars and Making Peace: Studies in International Intervention*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2009. (International Humanitarian Law Series).

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 165-197. ISSN: 1808-8031

HALL, Margaret; YOUNG, Thomas. *Confronting Leviathan: Mozambique since Independence*. London: C. Hurst and Co, 1997.

HANLON, Joseph. *Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa*. Catholic Institute for International Relations (CIIR). London: James Currey, 1986.

HANLON, Joseph. *On the front line: Destabilisation, the SADCC states and sanctions*. In: Orkin, Mark (ed.). *Sanctions Against Apartheid*. Claremont: David Philip Publishers, 1989. p. 176-190.

LULAT, Y. G-M. *United States relations with South Africa: a Critical Overview from the Colonial Period to the Present*. New York: Peter Lang Publishing, 2008.

MACARINGUE, Paulino J. *Para a história do surgimento dos Exércitos nos actuais Estados africanos: estudo do caso: a edificação das FAM-FPLM (1962-1977)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.

MALACHE, Adriano; MACARINGUE, Paulino; COELHO, Joao-Paulo Borges. *Profound transformations and regional conflagrations: The history of Mozambique's armed forces from 1975–2005*. In: Rupiya, Martin Revai (ed.). *Evolutions & revolutions: a contemporary history of militaries in Southern Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2005. p. 155-197.

MANJATE, Joaquim Marcos. *Análise estratégica da liderança na guerra em Moçambique: unidade de esforço na batalha da Zambézia - 1986-1992*. Maputo: Diname, 2013.

MARTIN, David; JOHNSON, Phyllis. *The struggle for Zimbabwe: The Second Chimurenga*. Harare, African Publishing Group, 2012.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro, Prentice Hall do Brasil, 1992.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. *Historical institutionalism in comparative politics*. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank (ed.): *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-32.

WEINSTEIN, Warren; HENRIKSEN, Thomas H. *Soviet and Chinese aid to African nations*. New York: Praeger, 1980.

WEINSTEIN, Jeremy M.; FRANSCISCO, Laudemiro. *The civil war in Mozambique: The balance between internal and external influences*. In: COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (ed). *Understanding Civil War: Evidence and Analysis, Africa*. The World bank, Washington DC, 2005. v. 1, p. 157-192.